

# TRANSCRIÇÃO

S18214J04 - TISSI editado

17 de novembro de 2020

## **PARTICIPANTES**

Vozes femininas identificadas: Marta  
Tissi

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

28 minutos e 51 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Padrão

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

---

(INÍCIO)

[00:00:00]

Marta: Oi, Tissi. Por favor, fala sobre a sua posição profissional no Ponto de Economia Solidária, as atividades que você realiza e qual foi o processo que te levou a realizar essas atividades.

Tissi: Bom, meu nome é Maria Cristina Tissi. Eu sou terapeuta ocupacional, trabalho no SUS há mais de 30 anos e faço parte da equipe técnica do Ponto. E a nossa equipe tem três pessoas: mais uma terapeuta ocupacional, a Denise, e a Marta, assistente social. No Ponto a gente é chamada de facilitadora. As facilitadoras têm o papel de apoiar os empreendimentos do Ponto. São cinco empreendimentos. Então, a gente apoia, ajuda os grupos na organização do processo de trabalho e também nos processos grupais em cada grupo. Além disso, a gente atua também na formação do coletivo do Ponto. Todos os empreendimentos formam esse coletivo e a gente, então, apoia essa organização. A equipe técnica

não faz uma função de coordenar empreendimentos ou de monitorar os empreendimentos. A gente entendeu, desde o início do planejamento de como seria o Ponto, que os empreendimentos são autogestionários. Então, os próprios trabalhadores têm que fazer a gestão dos empreendimentos. Então o nosso papel, muitas vezes, é de aprender junto, fazer coisas, como se faz alguns processos..., tem muita coisa que é nova, que a gente nunca fez, ninguém nunca fez. Então a gente vai descobrir como faz, e a gente, em alguns momentos, faz juntos por um tempo. Essa é uma parte difícil, porque a gente precisa se questionar o tempo inteiro qual é o momento de a gente se retirar; qual é o momento em que você precisa sair para que o grupo possa assumir e fazer essas atividades para ele ganhar na sua autonomia.

Marta: Tissi, você falou que vocês fazem a facilitação dos empreendimentos, mas o que são os empreendimentos?

Tissi: Os empreendimentos são empreendimentos de Economia Solidária. A gente trabalha no modelo de cooperativa. Eles são gestores do empreendimento, são os donos do patrimônio, inclusive, que o empreendimento acumula, e eles todos têm capacidade de tomar decisões dos rumos dos empreendimentos. Então, a ideia era que a gente pudesse formar cooperativas sociais, por conta da população que a gente trabalha: populações em diferentes situações de vulnerabilidade. Então, a ideia é essa: que sejam cooperativas. Mas a gente não vai chegar nesse ponto por enquanto; enquanto a questão da legislação de cooperativismo social não estiver estabelecida. Mas esse é o rumo que se toma. Por isso que faz todo o sentido que a gente pense também o Ponto como um modelo de cogestão do próprio Ponto.

Marta: O que seria essa cogestão?

Tissi: Então, a gente, quando começa a trabalhar no Ponto, primeiro a gente tem uma certeza: embora o Ponto venha... a sua origem e a sua implantação seja a saúde mental - muitos empreendimentos e trabalhadores vieram inclusive de pequenas experiências de grupos voltados para a geração de renda dentro dos serviços de saúde mental - mas quando a gente começa, a gente tem uma certeza: de que lá não é o lugar do tratamento. O tratamento acontece fora do Ponto, nos serviços de saúde aos quais cada usuário está vinculado. E, nesse momento que a gente vai questionando: "lá não é um lugar de tratamento, mas lá também não é o lugar do exercício da relação terapeuta-paciente", a gente vai questionando esse modelo. Então nós não somos os terapeutas, não somos assistentes sociais dos usuários, dos trabalhadores dos empreendimentos. A gente questiona, inclusive, o poder que está investido na relação profissional de saúde e usuário. Essa é uma tarefa difícil, porque a gente precisa se desfazer de algo que está muito instituído, muito estabelecido em todos os serviços de saúde. A gente opta por um modelo de cogestão do Ponto; então, a instituição Ponto e o coletivo do Ponto é gerida em conjunto por todos: a equipe técnica e os trabalhadores dos empreendimentos. A assembleia é o principal instrumento de cogestão. Essa assembleia acontece quinzenalmente, tem presença obrigatória e as decisões são tomadas por consenso, não são por voto. A assembleia é o lugar onde a gente leva todas as questões que dizem respeito ao coletivo, ao uso do espaço, às relações entre os empreendimentos, mas também às relações do Ponto com a comunidade. E também é o local onde a gente vai construindo a identidade do Ponto,

os princípios do Ponto, os valores que a gente não abre mão. Então, toda a autogestão de um empreendimento está subordinada a essa cogestão do Ponto e à assembleia. Então, questões que ultrapassam a organização do empreendimento - interno do trabalho - têm que ser levadas para a assembleia.

Marta: E como é isso sendo pensado no contexto de um equipamento público? Quer dizer, existe uma estrutura, do ponto de vista da burocracia pública, uma hierarquia, fluxos, rotinas, normas, que não são aquelas que você está contando aqui, e que são utilizadas no Ponto. Então, como é isso? Existe um conflito? Existe uma possibilidade de trabalhar com isso tranquilamente? Como é?

Tissi: Então, o Ponto é um equipamento da Secretaria Municipal da Saúde, ele pertence à Rede de Atenção Psicossocial e é um dispositivo de Reabilitação Psicossocial. O Ponto do Butantã é o primeiro Ponto da Secretaria Municipal da Saúde. Espero que venham vários, mas nós somos os primeiros e o único. E, nesse sentido, o Ponto fica muito à vontade, não existe um modelo. Primeiro porque o Ponto foi criado não como uma política pública. Não havia uma intenção da Secretaria - isso foi na gestão anterior - de criar Pontos de Economia Solidária, criar incentivos e valorizar a questão do trabalho como reabilitativo, como reabilitador na saúde mental e em outras situações também. O Ponto foi criado também de uma forma muito particular, por um movimento muito localizado de serviços, trabalhadores e usuários do serviço de saúde mental, localizado na região oeste. E em uma circunstância também muito particular: a gente recebeu uma casa, tinha um subprefeito favorável que essa casa fosse usada pela saúde mental e que super topou que esse projeto acontecesse

lá. Mas quem tinha que realizar era a Saúde, não a subprefeitura que cedeu a casa. Então, na verdade, a gente diz que é uma política criada de baixo para cima, mas se a gente for pensar bem não é uma política. Ela pode vir a se tornar, ela gera elementos para criar políticas nesse campo. Mas a gente foi criado quase por acidente. Então, nesse sentido, a própria gestão não sabe muito bem o que fazer com o Ponto. E isso nos dá bastante liberdade. É claro que tem momentos que a questão da instituição, da hierarquia, das coisas que a prefeitura precisa, diretrizes da prefeitura, elas são colocadas para os empreendimentos. Então a gente costuma dizer que os empreendimentos não têm uma autogestão plena: eles têm uma autogestão condicionada ao fato de estar dentro de um equipamento que, inclusive, precisa cumprir sua missão, que é para além do cotidiano dos empreendimentos que hoje estão lá dentro. A gente tem uma tarefa para fora, uma tarefa de apoio a empreendimentos ou grupos ou pessoas nesse campo da geração de renda e economia solidária que não estão dentro do Ponto. Estão no território, estão na comunidade. A gente tem uma tarefa de ser um espaço de inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente da saúde, da saúde mental. A gente é buscado para isso. Então, os empreendimentos compreendem que eles precisam, também, ter essa abertura.

Marta: Então eu entendo que exista essa proposta da cogestão e de uma coisa bem mais aberta em termos de possibilidades de trabalho sem modelo muito fixo. Mas você ocupa essa posição de coordenadora, como é isso?

Tissi: Não, eu não sou coordenadora. Primeiro, é legal de saber que o Ponto, dentro da prefeitura, ainda não é um equipamento que a gente

chama “estrutura hierárquica”. Ele não tem uma estrutura hierárquica própria. O Ponto está vinculado ao CAPS Butantã, administrativamente. E a gente, inclusive, vem questionando se essa é a melhor forma; se a gente deveria estar dessa forma ou outra. Então, o Ponto não tem o gerente, como as unidades de saúde da prefeitura têm. O que eu sou, oficialmente, é a responsável técnica. Isso foi uma exigência da gestão na época da implantação do Ponto, que tivesse uma pessoa que pudesse responder pelas atividades, pelas questões que acontecem lá dentro. Isso é um pouco complicado, porque embora eu compreenda que é necessário - toda estrutura pública tem que ter alguém que vai responder..., algum nome que você possa apontar e dizer: "É você que devia ter cuidado disso" - a gente, a princípio, topou. Não tinha como recusar isso, como você negar isso. Mas, de verdade, o que acontece é que as pessoas vão te colocando meio no lugar da coordenação. Então é sempre um esforço para falar: "Não, mas eu não sou, eu não quero ocupar esse lugar", porque a gente quer questionar mesmo a estrutura hierárquica das unidades. O que é uma unidade de saúde hoje? O que é um CAPS? É uma estrutura que tem um gerente, um diretor, que acumula poder, e logo após ele tem a equipe técnica com a sua boa dose de poder, um pouquinho de poder para o nível médio e poder nenhum para o usuário. O usuário, o poder dele é faltar à consulta, deixar de tomar o remédio, não seguir a dieta..., isso que resta para o usuário. Então, a nossa preocupação é que a gente, de fato, conseguisse pelo menos trilhar um caminho, abrir possibilidades que a gente pudesse questionar as estruturas de poder, as relações de poder. Se não fosse assim, se a gente tivesse uma estrutura que o poder não estivesse desconcentrado, provavelmente a gente não teria resultados do trabalho com as pessoas que estão lá trabalhando. Podia até

gerar renda, mas provavelmente não acrescentaria nada, nem no desenvolvimento e nem na autonomia das pessoas.

Marta: Bom, Tissi, o Ponto é um equipamento da saúde, dentro da política municipal de saúde. Como é que você vê essa questão e como que você entende essa saúde que se produz no Ponto de Economia Solidária?

Tissi: Então, quando a gente pensa o trabalho, se a gente pensar o trabalho em um conceito estrito da saúde, a gente vai ter dificuldade de encontrar a relação disso. A saúde - lá na oitava Conferência, o pessoal já escreveu isso, um parágrafo enorme para dizer o que é saúde - está intimamente relacionada com as condições de vida, de trabalho, de educação, de acesso a direitos. Esse acho que é o entendimento que a gente tem no Ponto. Por isso que o Ponto também faz conexões com várias temáticas que vão além do benefício ao usuário da saúde mental. Então, a gente trabalha muito a questão da alimentação saudável. A gente pode dizer: "Bom, alimentação saudável é saúde". Mas a gente [também] trabalha na perspectiva de apoio ao pequeno produtor..., de trazer esses produtores para dentro do Ponto, que eles possam também gerar renda lá dentro, de incentivar que a gente possa produzir também no território. A gente está atualmente com um projeto de hortas comunitárias em pequenos pontos de distribuição. A gente chama de Pontinhos de Economia Solidária. Só nesse escopo da alimentação e da alimentação sem veneno. A gente trabalha bastante também recebendo grupos culturais. A gente diz "recebendo" porque a gente não tem fôlego para fazer uma busca..., para buscar ativamente que o Ponto também seja povoado por quem faz a cultura. Como a gente carece de políticas públicas também, tudo que se faz é por iniciativa das pessoas, tanto nós

da equipe, mas as outras pessoas também do território, outros profissionais da assistência, do fórum, que nos procuram, procurando fazer interfaces com as pessoas que eles atendem. Mas muito na perspectiva do compromisso que essas profissionais têm com a vida dos seus usuários, das pessoas com quem se relacionam. Então, a gente busca que o Ponto, de fato, esteja bastante aberto, bastante permeável a fazer parte da vida desse território, que é o Butantã, que já é bastante grande: são 500 mil habitantes, cinco distritos. Então, a gente busca realmente que a gente, pelo menos em algumas, consiga fazer interfaces com as demandas do território. Não sei se isso responde à questão da saúde. A gente entende que saúde é um conceito bastante amplo.

Marta: Fala um pouquinho mais, então, sobre a relação do Ponto com a comunidade que vive no Butantã, com as demandas dessa comunidade, com as organizações que existem nessa comunidade.

Tissi: A gente passou três anos trabalhando o projeto do Ponto, já com a casa, com a chave na mão, até que a gente, de fato, conseguisse fazer a mudança e abrir o Ponto. Esse período, a gente esteve muito presente na Rede Butantã. A Rede Butantã acompanhou muito de perto o esforço para criar o Ponto, e a Rede Butantã é formada por movimentos e entidades sociais atuantes em todos os distritos do Butantã. Isso trouxe para a gente muitos amigos e muitos relacionamentos, muita gente no Butantã, muitas lideranças, muitas pessoas que estão engajadas na melhoria da condição de vida das pessoas do Butantã, conhecem o Ponto, procuram o Ponto, usam o Ponto, pedem o Ponto para fazer eventos, para fazer treinamentos, fazer capacitações, e a gente está sempre muito disponível para essas relações. Uma outra entidade, o Conselho Gestor de Saúde do

Butantã, também participou muito desse momento de implantação, de todos os esforços que foram necessários naquele momento. A Incubadora Tecnológica de Iniciativas Populares da USP já era nossa parceira bem antes da implantação do Ponto, ela acompanhou e colaborou muito na implantação do Ponto, até hoje ela é nossa parceira. Muitos integrantes da incubadora são também moradores e militantes no Butantã. Então, a gente nasceu já com um entorno muito favorável para que o Ponto existisse, e sempre com essa preocupação que o Ponto fosse significativo para esse território, que não fosse um equipamento só da saúde mental, só de interesse dos trabalhadores que estão lá dentro nos empreendimentos, mas que fosse significativo para o território. Então a gente é bastante procurado, sempre que é possível a gente faz coisas junto. Alguém vem e fala: "Eu queria fazer um evento"; a gente fala: "Então nós vamos fazer juntos, vamos construir esse evento juntos". Alguns desses encontros viram parcerias mais duradouras, alguns são mais pontuais. Então, acho que é um pouco essa a preocupação. A gente tem envolvimento maior também com a Amesol - Amesol é a Associação das Mulheres na Economia Solidária - a gente realiza feiras juntos, traz a questão do feminismo para dentro do Ponto. A gente tem uma relação com o Cupuaçu, que é um grupo cultural próximo do Ponto, no Morro do Querosene, ele é nosso parceiro para a realização de eventos, de espetáculos..., eles usam o Ponto para ensaiar. A gente tem uma relação com a Associação Cultural do Morro do Querosene, mais especificamente em relação ao meio ambiente. A associação do morro está muito no protagonismo pela luta pelo Parque da Fonte, e a gente também tem interesse. Tem uma questão ambiental, ali, que nos envolve também. A gente também conta com a FAU-USP nessa conversa, nessa tentativa de

preservar o nosso ambiente tão rico... do nosso entorno. Então, a gente está sempre buscando se conectar com os acontecimentos do território. A gente, atualmente, está com o projeto das hortas e dos pontinhos. Eu não sei se eu já tinha falado, mas isso é uma coisa que a gente também está fazendo em parceria com a USP. Está buscando outros parceiros que possam estar envolvidos, e a ideia é disseminar a economia solidária, ir para fora, movimentar o território. Acho que esse é o sentido que a gente vai dando para a existência do Ponto. O Ponto, por exemplo, nessa preocupação de a gente ter a comunidade muito presente, tem um Conselho Gestor. Toda unidade de saúde tem um Conselho Gestor. Ele é formado por representantes da gestão, representantes de usuários dos serviços e representantes dos trabalhadores. O nosso Conselho, na última eleição de Conselho, a gente fez questão de abrir o Conselho, de promover que a comunidade participasse no segmento usuário. Esse segmento, antes, era ocupado pelos trabalhadores dos empreendimentos. E a gente achou que a comunidade tinha que estar presente nesse Conselho Gestor. E isso nos ajuda muito, porque esse Conselho gestor, hoje, se ocupa basicamente das questões que levam o Ponto mais para fora. Ele não é um Conselho Gestor que vai lá para observar e para cuidar de como os empreendimentos estão funcionando. Ele acaba se ocupando muito mais das relações do Ponto com o território. Então acho que é isso.

Marta: E essas relações trazem novos desafios para o Ponto, novos projetos? Como você tem visto isso? Ao longo desse tempo de existência do Ponto, foram muitos os desafios? Temos novos?

Tissi: Marta, eu costumo dizer que o principal desafio do Ponto é gerar renda de verdade para os seus trabalhadores. Então, isso é importante.

Isso é o desafio de consolidar os empreendimentos; que todos os trabalhadores possam ter uma renda importante, mas que não é só isso. A gente tem esses desafios de estar sempre sendo mais instituinte do que instituído; cuidar para que a gente não se torne uma estrutura dura, que a gente consiga se manter permeável ao território, ao que vem de fora, que a gente possa também imprimir a nossa marca nesse território, que os nossos trabalhadores possam fazer isso também, se sentir fazendo parte de redes, de cadeias de produção, de comercialização. Eles acabam sendo os excluídos que viram, hoje, os que promovem a inclusão, de uma certa maneira, quando eles participam nessa forma de rede. Um outro desafio, que é constante, é a gente sobreviver: o Ponto sobreviver, o Ponto não ser fechado da noite para o dia. Isso é um risco sempre: que alguém resolva rasgar a portaria que criou o Ponto. Portaria é um instrumento muito frágil, é um instrumento muito leve, que pode ser realmente desfeito a qualquer momento. Então, a gente tem essa preocupação da sobrevivência. Nesse sentido, o Conselho Gestor é muito presente, muito ativo nessa questão. E a gente tem inclusive, hoje, um projeto de lei da vereadora Juliana Cardoso com coautoria do Suplicy, que prevê o programa Ponto de Economia Solidária na saúde. Isso nos daria mais respaldo, a gente teria um respaldo legal para o funcionamento do Ponto hoje. São muitos os desafios... Os desafios de não poder contar com as cooperativas sociais, com o instrumento que viabilizaria a questão financeira, a questão da renda, da movimentação contábil... A gente não tem essa estrutura, a gente precisa inventar brechas dentro de um serviço público, onde isso não existe, isso não é previsto. Mas ok, vamos que vamos.

Marta: Além do projeto de lei, você acha que tem algum outro mecanismo ou outras formas que seriam importantes para alavancar o trabalho no Ponto de Economia Solidária?

Tissi: Precisa de gente, Marta. Dois terços da nossa equipe técnica se aposentam em dois anos. Vai sobrar uma pessoa. A gente precisa de gente. A gente precisa de mais pessoas. O trabalho se faz com pessoas. A gente não precisa de tanto dinheiro..., o dinheiro a gente está se virando, mesmo porque o Ponto acaba tendo uma visibilidade grande e a gente ou consegue parceiros - clientes às vezes viram parceiros e vão lá, fazem uma obra, fazem uma reforma, doam alguma coisa - ou a gente consegue emendas. A gente acaba tendo recursos, eu não diria que suficientes..., seria bom ter mais recurso, poder ter mais investimento nos empreendimentos, abrir novos empreendimentos. Acho que esse é um desafio enorme. Eu gostaria que a gente pudesse abrir muito mais empreendimentos, que muito mais gente pudesse estar se beneficiando desse modelo de trabalho, dessa forma de trabalhar, trabalhar com prazer, com a apropriação do trabalho, com participação, com desenvolvimento pessoal. Eu acho que isso é um desafio: crescer o Ponto, crescer vários Pontos, vários Pontinhos no território, na cidade, no estado, no Brasil. Ou seja, falta uma política pública clara, que leve em conta a necessidade que as pessoas têm de trabalhar, de ter renda, de trabalhar em ambientes bons. Falta uma política de economia solidária. A gente poderia, por exemplo, criar o banco comunitário. Isso é um desejo, e não só lá no Ponto, como na comunidade. Vem sendo colocado em pauta a necessidade de criar alternativas, um banco do povo, um banco popular, um banco que trabalhe na desconcentração da renda do que é o nosso

sistema financeiro. Então, tudo que a gente puder fazer nesse sentido da desconcentração da renda, eu acho que vale a pena.



# audiotext

**Audiotext Serviços e Cia. LTDA**

**CNPJ: 17.429.373/0001-85**

(41) 3363-3220

[falecom@audiotext.com.br](mailto:falecom@audiotext.com.br)

[audiotext.com.br](http://audiotext.com.br)